

CERIMÓNIA DE HOMENAGEM E TRASLADADAÇÃO DE AQUILINO RIBEIRO PARA O PANTEÃO NACIONAL

Aquilino

CERIMÓNIA DE HOMENAGEM
E TRASLADAÇÃO
DE AQUILINO RIBEIRO
PARA O PANTEÃO NACIONAL



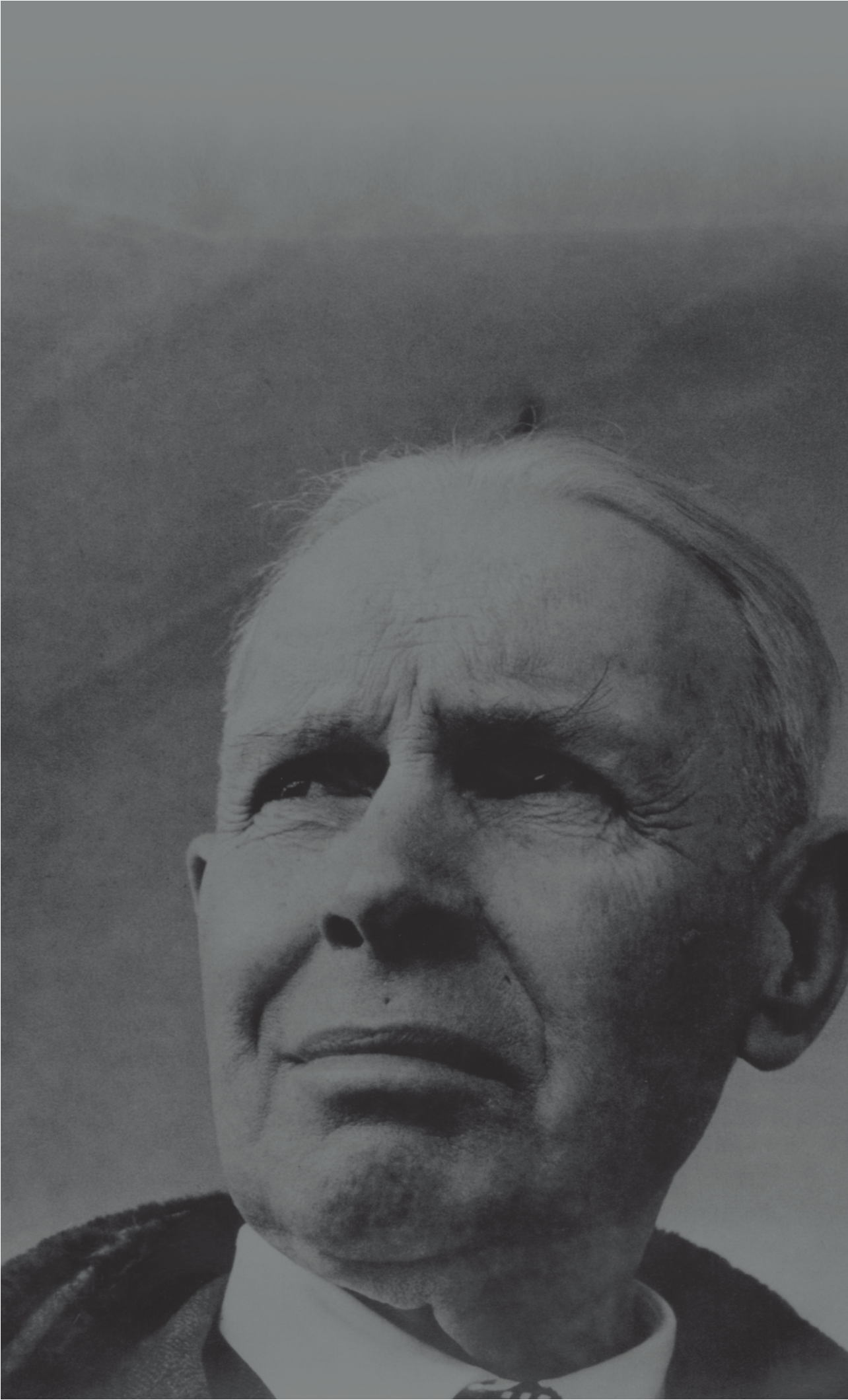
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

CERIMÓNIA DE HOMENAGEM
E TRASLADAÇÃO
DE AQUILINO RIBEIRO
PARA O PANTEÃO NACIONAL

19 DE SETEMBRO DE 2007



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



Aquiline

*A minha obra (...) é imperfeita e eu bem o sinto.
A perfeição materializada na obra humana, no livro,
na estátua, na partitura, é uma hipérbole celeste.
Nunca se alcança e quando julgamos alcançá-los
é miragem. (...) Cultivem a inquietação como uma fonte
de renascimento. E, enquanto vivermos, façamos de
conta que trabalhamos para a eternidade e que tudo o
que é produzido do nosso espírito fica gravado em
bronzes para juízes implacáveis julgarem à sua hora.*

Discurso de agradecimento na homenagem que lhe prestou
a Sociedade Portuguesa de Escritores, 1963

TÍTULO

Cerimónia de homenagem e trasladação de aquilino Ribeiro para o Panteão Nacional

EDIÇÃO

Divisão de Edições da Assembleia da República

FOTOGRAFIA

Abílio Leitão, Luís Saraiva, Vítor Palla

DESIGN E PAGINAÇÃO

Artlandia

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Facsimile

TIRAGEM

500 exemplares

Depósito Legal n.º

ISBN 978-972-556-462-2

Lisboa, Fevereiro de 2008

©Assembleia da República.

Direitos reservados, nos termos do artigo 52.º da lei n.º 28/2003, de 30 de Julho.

ÍNDICE

- 6 Biografia Sumária
- 11 Resolução da Assembleia da República n.º 11/2007
- 12 Despacho n.º 143/x
- 14 Programa da Cerimónia de trasladação dos restos mortais do escritor Aquilino Ribeiro para o Panteão Nacional de Santa Engrácia
- 19 Excertos de *O Malhadinhas* lidos por Ruy de Carvalho
- 22 As três fidelidades de Aquilino
Discurso de António Valdemar
- 25 Discurso do Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama
- 27 Discurso do Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva
- 29 Termo de Sepultura no Panteão Nacional
- 30 Programa da Cerimónia de Homenagem a Aquilino Ribeiro na Assembleia da República
- 32 Discurso do Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama
- 33 Discurso do Presidente da Comissão com a incumbência de determinar a data e o programa da trasladação,
Deputado Luiz Fagundes Duarte
- 36 Literatura e Conhecimento dos “Dias de Hoje” (Aquilino)
Helena Carvalhão Buescu

BIOGRAFIA SUMÁRIA

1885 | 1963



Alcança quem não cansa

Aquilino Gomes Ribeiro nasce a 13 de Setembro de 1885 no concelho de Sernancelhe, freguesia de Carregal de Tabosa, e falece em Lisboa, a 27 de Maio de 1963.

Tendo sido desde novo orientado pela família para a

carreira eclesiástica, frequenta o Colégio jesuíta da Lapa e estuda em Lamego e Viseu antes de ingressar no Seminário de Beja, do qual é expulso, tendo regressado à Beira. Em 1906, fixa-se em Lisboa, onde se dedica ao jornalismo e se envolve em movimentos revolucionários. Publica os primeiros artigos na *Vanguarda* e começa a redigir, com José Ferreira da Silva (mais tarde Ministro das Obras Públicas), um romance em fascículos *A Filha do Jardineiro*. Esta obra não chega a ser concluída.



Na sequência da explosão acidental de uma bomba no seu quarto, na qual morrem dois carbonários, foge clandestinamente para Paris, onde se inscreve no curso de Filosofia da Sorbonne. Irá residir seis anos nesta cidade com interregnos em Portugal e na Alemanha, onde casa pela primeira vez. Convive com artistas e escritores, escreve e publica o seu primeiro livro *Jardim das Tormentas*, de contos.

Com a eclosão da Grande Guerra, em 1914, regressa a Portugal, sem terminar a licenciatura. Para além da escrita ficcional e da intensa e regular escrita na imprensa periódica, lecciona durante três anos no Liceu Camões, em Lisboa, e, em 1919, a convite de Raul Proença, ocupa o cargo de segundo bibliotecário na Biblioteca Nacional. A partir deste ano, escreve continuamente: *Terras do Demo* (1919), *Filhas da Babilónia* (1920), *O Romance da Raposa* (1924), *Andam Faunos pelos Bosques* (1926), *O Homem que Matou o Diabo* (1930, dedicado à mulher, entretanto falecida), *A Batalha*



Sem Fim (1931). Desenvolve intensa actividade cívica ajudando a fundar a revista *Seara Nova* e integrando a sua primeira direcção. Colabora ainda na revista *Homens Livres*.

Implicado na revolta contra a Ditadura Militar, em 1927, é demitido da Biblioteca Nacional, foge para a Beira Alta e, mais tarde, para Paris, onde vive cerca de um ano. Regressa clandestinamente a Portugal, mas envolve-se outra vez num movimento contra o Governo e é preso. Evade-se da cadeia de Fontelo (Viseu) e regressa a Paris, onde casa em segundas núpcias com a filha de Bernardino Machado, igualmente exilado, e de onde só regressa, em 1932. Entra clandestinamente em Portugal e, no fim deste ano, vem para Lisboa. É então amnistiado.

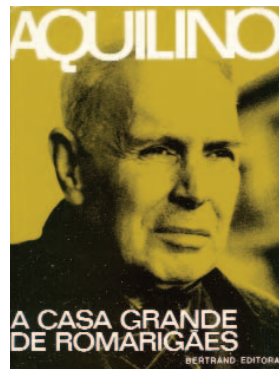
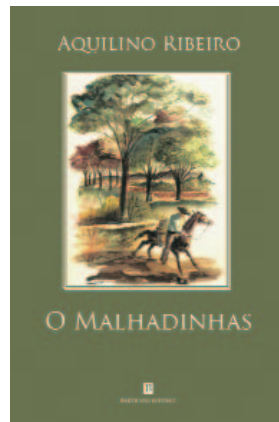
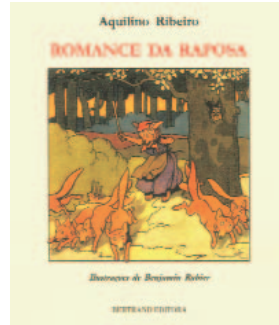
Em 1935, é eleito sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, tendo passado a sócio efectivo, em 1958. São os anos do seu maior labor literário, colaborando ainda na imprensa diária e em revistas literárias – merecem destaque *Volfrâmio* (1944), *O Arcanjo Negro* (1947),



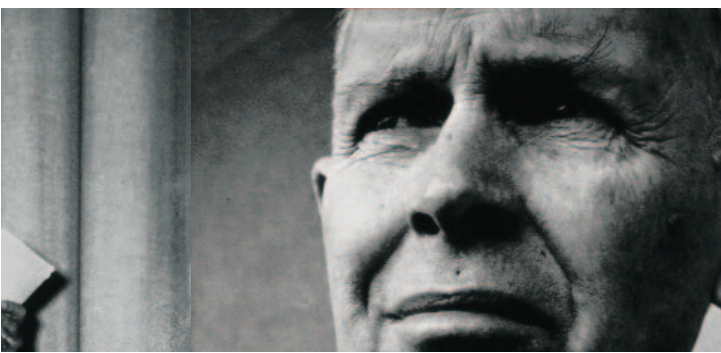
O *Malhadinhas* (1949), *A Casa Grande de Romarigães* (1957). A publicação, em 1959, do romance *Quando os Lobos Uivam*, ilustrado pelo pintor Nikias Skapinakis, dá origem a um processo judicial de natureza censória, por ter sido considerado pelo regime como injurioso das instituições do poder.

É homenageado e condecorado pelo governo brasileiro, em 1952, com a Comenda do Cruzeiro do Sul, e, em 1960, é proposta, por Francisco Vieira de Almeida, a sua candidatura ao Prémio Nobel da Literatura.

Considerado por alguns especialistas o melhor prosador do século XX, ao longo da vida exerce intensa actividade literária: ficcionista, ensaísta, cronista, crítico literário, autor de livros de memórias, biografias, estudos etnográficos, literatura infantil, tradutor e jornalista. A sua obra de ficção caracteriza-se pela riqueza de estilo e um regionalismo apegado ao campo e à sua gente, sobretudo na primeira fase. A partir de 1932, as personagens e os ambientes urbanos predominam, exprimindo uma visão pessimista da existência humana.



Helena Alves





RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 11/2007

A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 3.º da Lei n.º 28/2000, de 29 de Novembro, o seguinte:

- 1 – Homenagear a memória do escritor Aquilino Ribeiro e conceder aos seus restos mortais as honras de Panteão Nacional.
- 2 – Constituir uma comissão, composta por representantes de cada grupo parlamentar, com a incumbência de determinar a data, definir e orientar o programa de transladação.
- 3 – Mandatar o Presidente da Assembleia da República para, ouvida a comissão referida no n.º 2, designar um grupo de trabalho com a finalidade de assegurar a execução da transladação, em articulação com as demais entidades públicas envolvidas.

Aprovada em 8 de Março de 2007.

O Presidente da Assembleia da República,

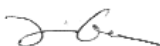
Jaime Gama.

Assembleia da República

DESPACHO Nº 143/X

1. Nos termos do nº 2 da Resolução da Assembleia da República nº 11/2007, de 8 de Março, e tendo em consideração as propostas dos respectivos Grupos Parlamentares, é constituída a Comissão com a incumbência de determinar a data, definir e orientar o programa de trasladação do escritor Aquilino Ribeiro para o Panteão Nacional.
2. A Comissão referida em 1. tem a seguinte composição:
 - Deputado Luís Fagundes Duarte (PS)
 - Deputada Zita Seabra (PSD)
 - Deputado Agostinho Lopes (PCP)
 - Deputado Pedro Mota Soares (CDS/PP)
 - Deputado Fernando Rosas (BE)
 - Deputada Heloísa Apolónia (PEV)
3. Fica marcada para o dia 19 de Abril, pelas 14H45, na Sala de Visitas do PAR, a posse da referida Comissão.
4. Transmita-se aos Grupos Parlamentares e à Secretária-Geral.
5. Publique-se.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



Jaime Gama

Palácio de S. Bento, 17 de Abril de 2007



PROGRAMA DA CERIMÓNIA DE TRASLADAÇÃO DOS RESTOS MORTAIS DO ESCRITOR AQUILINO RIBEIRO PARA O PANTEÃO NACIONAL DE SANTA ENGRÁCIA

LISBOA, 19 DE SETEMBRO DE 2007

CEMITÉRIO DOS PRAZERES

CAPELA

10.00 HORAS

A urna contendo os restos mortais de Aquilino Ribeiro está colocada na Capela Central, ladeada por auxiliares parlamentares da Assembleia da República em farda de gala.

10.30 HORAS

Os restos mortais de Aquilino Ribeiro saem da Capela do Cemitério para o Panteão Nacional de Santa Engrácia em cortejo automóvel assim constituído:

Batedores da PSP;
Auto-fúnebre;
Viatura dos representantes da Família;
Viatura da Secretária-Geral da Assembleia da República;
Segunda viatura fúnebre;
Batedores da PSP.

PANTEÃO NACIONAL

A chegada das Altas Autoridades e demais convidados far-se-á a partir das 10h30 pelo Campo de Santa Clara, fazendo entrada no Adro de Santa Engrácia, pelo lado nascente:

à direita (lado norte): Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e Presidente do Tribunal Constitucional;

à esquerda (lado sul): Outras Altas Autoridades, Familiares do Homenageado e demais convidados.

10.40 HORAS

Todas as Altas Autoridades e demais convidados ocupam os lugares que lhes estão destinados.

10.45 HORAS

Chegada do Primeiro-Ministro.

10.50 HORAS

Chegada do Presidente da Assembleia da República.

10.55 HORAS

Chegada do Presidente da República.

Marcha de continência executada pela Banda da Guarda Nacional Republicana.

11.00 HORAS

Chegada dos restos mortais de Aquilino Ribeiro ao Panteão Nacional. O cortejo automóvel chegará ao Panteão pelo Campo de Santa Clara, pela entrada nascente do Adro de Santa Engrácia.

A urna, depois de retirada do auto-fúnebre, é transportada até à esplanada fronteira do Panteão Nacional por elementos da agência funerária em cortejo assim constituído:





Auxiliares Parlamentares;
Três Representantes da família do Homenageado;
Directora do Panteão Nacional, Secretária-Geral da Assembleia da República e Chefe de Gabinete do Presidente da Assembleia da República;
Auxiliares Parlamentares.

Ao longo do percurso será feita formatura em alas constituída por uma Companhia da GNR,

À entrada da urna no Panteão Nacional escuta-se o toque de sentido por clarim da GNR. A Assistência está de pé.

No interior do Panteão Nacional, a Guarda de Honra é prestada por oito elementos da GNR.

A urna segue em cortejo até ao local onde está colocada a essa, nela sendo depositada. Neste momento é interpretado o Hino Nacional pela Banda da Guarda Nacional Republicana.

11.05 HORAS

O actor Ruy de Carvalho lê excertos de *O Malhadinhas*, de Aquilino Ribeiro.

11.15 HORAS

A Orquestra Metropolitana de Lisboa, sob a direcção do Maestro Cesário Costa interpreta *Tentações de São Frei Gil: Tentação da Morte* de Luís de Freitas Branco.

11.20 HORAS

António Valdemar faz o Elogio Fúnebre de Aquilino Ribeiro.

11.30 HORAS

A Orquestra Metropolitana de Lisboa, sob a direcção do Maestro Cesário Costa interpreta *Morte de Manfred* de Luís de Freitas Branco.

11.35 HORAS

O Presidente da Assembleia da República usa da palavra.

11.45 HORAS

A Orquestra Metropolitana de Lisboa, sob a direcção do Maestro Cesário Costa interpreta *Duas Melodias – Lento* de Luís de Freitas Branco.

11.50 HORAS

O Presidente da República usa da palavra.





12.00 HORAS

Hino Nacional interpretado pela Banda da GNR.

Após a interpretação do Hino Nacional, o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República e o Primeiro-Ministro assinam o documento autêntico a atestar a cerimónia.

Após as assinaturas, a urna é transportada por elementos da empresa funerária para a sala onde se encontra a Arca Tumular, ao som de *Duas Melodias – Andante* de Luís de Freitas Branco, executado pela Orquestra Metropolitana de Lisboa, sob a direcção do Maestro Cesário Costa.

Seguidamente, o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República e o Primeiro-Ministro abandonam o Panteão Nacional em cortejo assim constituído:

Auxiliares Parlamentares;

Chefe do Protocolo do Estado e Secretária-Geral da Assembleia da República;

Primeiro-Ministro, Presidente da República e Presidente da Assembleia da República;

Director do Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo da Assembleia da República, o Chefe de Gabinete do Presidente da Assembleia da República e a Directora do Panteão Nacional;

Auxiliares Parlamentares.

As restantes Altas Autoridades, Familiares do Homenageado e demais convidados só deverão abandonar o Panteão Nacional após a saída do Presidente da República, do Presidente da Assembleia da República e do Primeiro-Ministro.

14.30 HORAS

Abertura do Panteão Nacional ao público.

EXCERTOS DE *O MALHADINHAS* LIDOS POR RUY DE CARVALHO

Quando comecei a pôr vulto no mundo, meus fidalgos, era a porca da vida outra droga. Todas as semanas contavam dias de guarda e, por cada dia de guarda, armava-se o saicoté nos terreiros. Não andaria Nosso Senhor de terra em terra – eu cá nunca me avistei com ele – mas a verdade é que a neve vinha com os Santos e as cerejas quando largam do ovo os perdigotos. Bebia-se o briol por canadões de pau até que bonda. Um homem mesmo com os dias cheios tinha pena de morrer.

Não tenho cataratas nos olhos, ainda que me hajam rodado sobre o cadáver quase dois carros de anos, mas os dias de hoje não os conheço. Ponho-me a cismar e não os conheço. E, quanto mais cismo, mais dou razão ao Miguelão da Cabeça da Ponte, que falava como livro aberto, o grande bruxo. Muitas vezes lhe ouvi dizer quando estava de boa lua, o que nem sempre assucedía.

– Tempos virão em que o governarão as terras vãs e os filhos das barregãs. Agora deitem Vossorias consultas e digam-me: quem tudo lo manda no concelho? Quem? O doutor Alípio, o filho da Ruça da Folgosela, com porta aberta aos marchantes na feira de S. Mateus. Quem recolhe boas novidades? O pele-de-asno do Bisagra com umas barreiras rabosanas, donde não valia a pena enxotar a milheira, quando ainda o mundo não andava torto. E, vejam, o meu rico linhar de Paul – água quante quer, estrume do cortelho, sacho e mais sacho – não paga a mantença do cultivador!

Voltou-se tudo; de meu tempo, também, homem de palavra era como se trouxesse sempre consigo um alforge de libras. Ajustava o que queria e levantava o que queria de proprietários e de tendeiros. Palavra era palavra, mais ouro de lei que uma peça de D. João. Assinava-se de cruz e muito judeu



seria aquele que negasse os dois rabiscos, mas o grande sinal de lisura e de verdade que Jesus Cristo deixou aos homens ao morrer num madeiro para nos remir e salvar! Vão lá agora com essas!...

Barrelas vestia-se com a estopa e o linho dos seus linhares e o burel apisoado das próprias ovelhas. Uma capúcha da marca durava duas vidas.

(...)

Ah, velha Barrelas dum sino! Tomara-me eu outra vez com vinte anos e saber o que hoje sei! Diabos me levem se não fosse rei. Mas rei a valer, e nenhum rei de copas, ali... de ceptro em punho, todos ajoelhados diante de mim a lambar-me os butes, sabendo que o era, pois rei era eu sem o saber.

(...)

Que o mundo é outro – apregoa para aí o mestre-régio. – Virou para melhor... Há menos atropelos, maior igualdade, menos a pata do rico sobre o cachaço do pobre... A prova não é boa de tirar. Lá que há mais instrução, isso há. No meu tempo sabia ler o Manuel Abade, e ganhou esta alcunha a ler nos serões o *Mestre da Vida* e a *História de Carlos Magno e dos Doze Pares de França*. Mas saber ler não basta para ser fino, ser cavalheiro, e muito menos ser feliz. Eu só tarde, moço do senhor vigário, estudei letra redonda.

(...)

Não haja dúvidas, eu era um adregas, hoje, aqui, amanhã lá nos quintos, sabe Deus. Virava-me em cima duma moeda de dez réis. A dita confita, achei--me com dois pintos no bolso e, eles a chocalharem, a chocalharem-me também nos ouvidos as gargalhadas de Brízida, minha prime direita, raparigaça, como poucas, apetedora de legítima, e de presença, trunfa preta sobre o rosto benza-te Deus, grande cantarina de serões e de romarias, e tão guapa em seu amanho como videira no governinho da casa.

– Tate – dizia-me o coração – ali arde Tróia!

(...)

– António – pus-me a malucar para comigo e para com Deus – os lobos pilham--te a borrega quando menos te precatas. Que se há-de fazer?! Se a pedes ao pai, diz-te que não. Duvidas? Oh, apanhas com o não mais redondo que um coice do macho se o coçares abaixo da rabadilha. Apanhas; não andasse ele tonto de todo a sonhar a filha abadessa! Ela... ela jurou-te amor verdadeiro, é certo, mas isto de moça louçã, cabeça vã! Que se há-de fazer?... Um dia fui-lhe com as queixas assolapadas. Ela recebeu-me com uns risinhos tão sem propósito, que mais me capacitei que a moça, ensandecida com as finezas dos galantes, andava vaidosa de si, esgarrada, na tal maré do carvoeiro, em que as mulheres se deixam pegar como bogas com trovisco.

– Olha, Brízida – disse eu – albardado seja quem se ilude. Até há pouco o pai era por feiras e adjuntos tu cá tu lá com o Tenente da Cruz. Já lhes chamavam os dois da vigairada. Agora é com o abade de Britiande. Mas deixa, eu dê ainda hoje um estoiro no inferno se o padreca não for corrido daqui a toque de caixa...

– Que mal te fez o senhor abade, primo? Então já não é senhor de estar onde lhe apeteça?

– É; mas eu também sou senhor de lhe fazer a barba à coroa, cá a meu modo, para lhe lembrar que é casado com a Igreja.

– Credo!

– Credo, digo eu. O padre é o vosso santantoninho por quem sois. Cuidas que sou cego? Mais de uma vez te apanhei a espenujares-te diante dele, que nem parecias donzela de assento.

– Anjo custódio! Outra venha que rabo tenha... Rio-me para ele; que mal tem?

– Tem muito. Alguém acredita que o coroadado vem para aqui caçar por caçar? Lebres e perdizes tem-nas a dois passos, a dar com um pau, na serra de Tarouca.

Ela fitou-me muito séria no fundo das meninas a escrutinar e tornou:

– Vem então pelos meus bonitos olhos?

Raio de cachopa, encarei também muito nela, e de salto me acudiu que mente Marta como sobrescrito de carta, isto é, que muito na mulher é negaça. Estive vai não vai para torcer-lhe as voltas, mas ná, para trás anda o caranguejo e respondi-lhe afoito:

– Vem, vem pelos teus bonitos olhos! Mas também juro à fé de quem sou: não será ele que se goze de ti.

– Não fales à rebentina, primo, que me derrancas a alma. O dito, dito.

– E que vale? Teu pai não consente...

– Que lhe hei-de fazer!...

– Há um remédio: foge. Abalamos daqui uma noite e vamos direitinhos ao abade da Penajóia, que nos deite a bênção. Ele ainda se há-de lembrar que lhe salvei a vida...

– Fugir?! Jesus, que não diriam de mim!

– Que haviam de dizer? Se honrada vais, mais honrada vens.

– Não; é muito feio.

– Pois, se é feio fica-te com a tua, que eu vou-me com a minha. Com penas de ir acabar nas cadeias celulares, sem ver sol nem lua, não será ele que se goze de ti. Adeus!...

E rodei, tonto de todo, tão tonto que se pudesse arrancar o coração e atirá-lo para cima dum telhado, como minha mãe me fez ao isqueiro, da primeira vez que me apanhou a acender o paivante fazia-o, ah, isso lhes juro eu que fazia!

AS TRÊS FIDELIDADES DE AQUILINO DISCURSO DE ANTÓNIO VALDEMAR

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Por decisão unânime dos seus Deputados, a Assembleia da República decidiu, em nome do Povo Português que representa, dar honras de Panteão a Aquilino Ribeiro. Presta-se, assim, homenagem nacional, a um grande escritor e a um cidadão que exaltou e praticou os valores da liberdade.

Aquilino fez da escrita um destino e um ofício a tempo inteiro, empenhando-se na dignificação social do escritor e do seu estatuto profissional. Cultivou e enriqueceu a língua na sua diversidade e opulência, ao conciliar a tradição erudita com a fala popular. Criou um estilo que é só dele.

Radicado em Lisboa, durante 50 anos, foi uma das figuras dominantes do Chiado; mas também residiu cerca de dez anos em França. Viveu com intensidade o Paris do começo do século. No entanto, conservou intactos os vínculos que o ligavam à terra onde nasceu e passou os primeiros anos – Carregal, Soutosa, Lamego, Viseu.

Existe uma relação directa de Aquilino com a Beira Alta. A aldeia visceral, o **«solo sáfaro e condenado a dar frutos»**, as singularidades da fauna e da flora, a neve sobre a neve e a energia cósmica da terra moldaram o temperamento do homem e o génio do escritor. Tudo isto habitou sempre dentro de Aquilino. Estou a vê-lo em carne e osso; e estou a ouvi-lo com a sua pronúncia acentuada. Tal qual o conheci. Tinha o apego às raízes, a grandeza da simplicidade no trato; possuía, mas sem ostentação, uma esmagadora cultura clássica; era sarcástico e afectuoso; vibrava com o prazer da caça, gostava da comida tradicional – as trutas, as perdizes, a vitela assada, o cabrito no forno, os enchidos, o queijo da serra – aromas e sabores agarrados aos locais da infância e da adolescência, que perduraram na memória e o faziam exclamar: **«quem não tem paladar não tem carácter»**. A serra incutiu-lhe a plenitude da natureza, o desembaraço físico, a rebeldia, o inconformismo bravo. Resistente à ditadura, às várias ditaduras que suportou em Portugal – a de João Franco, na Monarquia; a de Sidónio Pais, na Iª República; a de Salazar, no Estado Novo – lutou pela restituição da Democracia e contra todas as formas de sujeição.

O combate frontal à opressão política e às desigualdades sociais valeram-lhe a prisão, o exílio, a demissão da função pública, enxovalhos parlamentares, vexames em jornais, sem que pudesse exercer o direito de resposta.

Já depois dos 70 anos e quase até às portas da morte debateu-se com um processo-crime, por delito de opinião. Tinha denunciado no romance *Quando os Lobos Uivam* os mecanismos de repressão salazarista, a censura, a PIDE, as purgas universitárias, os tribunais plenários, a cumplicidade de magistrados com a polícia política, a distorção da Justiça.



Aquilino era desassombrado e firme nas suas convicções. Os que não tiveram o privilégio do seu convívio, podem surpreender nos seus livros o retrato do homem público e privado: a coragem moral e política de enfrentar o poder: a recusa em ficar calado e pactuar com a indiferença e a apatia que caracterizaram o Portugal obediente, o Portugal ferido na sua integridade cívica e amputado na sua dimensão cultural.

Escrever, para Aquilino, não era compatível com regras de cartilhas estéticas e directrizes de escolas literárias. Cada escritor – assim o recomendava – deve fazer tudo o que quiser, **«desde que não arme em fariseu e não esteja nunca contra os simples, de braço dado com os tralfulhas, nem contra os fracos, de braço dado com os poderosos».**

Aquilino manifestou integral coerência entre a vida e a literatura, entre as palavras e os actos. Nunca teve medo de pensar alto, discordar em público, agir onde entendesse e quando fosse necessário. Apenas obedecia à sua consciência e aos seus ideais. Afrontou sempre o servilismo, a hipocrisia, os interesses instalados, a unanimidade de opinião.

Fez da escrita um espelho do mundo e uma arma de intervenção. Foi (e é) exemplo de fidelidade à terra, de fidelidade à língua portuguesa, de fidelidade à República e à liberdade. Três fidelidades numa só fidelidade – a que tinha perante ele-próprio.

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Já receberam honras de Panteão outras grandes figuras da literatura portuguesa – Herculano e Garrett, João de Deus e Junqueiro, Teófilo Braga e Fernando Pessoa. Hoje, é a vez de Aquilino Ribeiro, decorridos mais de 40 anos após a sua morte.

Consagrado, há muito, na história da literatura; inscrito na toponímia da Beira e outras regiões do País; patrono de escolas secundárias; Aquilino, nas

últimas décadas foi, inexplicavelmente, eliminado dos programas do ensino da língua e da literatura.

Esta circunstância é tanto mais insólita quanto há 70 anos – no tempo em que os lobos uivavam – já fazia parte das selectas escolares de língua portuguesa. E depois do 25 de Abril, a *Casa Grande de Romarigães*, *O Malhadinhas*, o *Romance da Raposa* foram adoptados como livros de texto. Sejam os claros: a entrada de Aquilino, a muitos títulos prestigiosa, no Panteão Nacional não significa que, a partir de agora, haja maior irradiação da sua obra. Para que tal objectivo se verifique, para que a sua presença não se reduza a uma evocação nostálgica e efémera, para transpor a austera solenidade do Panteão, Aquilino deve voltar a ser lido nas escolas.

Um escritor é vivo enquanto é lido e descoberto. Cabe aos responsáveis da educação dar aos livros de Aquilino o lugar a que têm direito nos programas de ensino da língua portuguesa. Só assim Aquilino Ribeiro continuará a ser um escritor do presente e do futuro. É isto que queremos. É isto que a obra de Aquilino merece.

DISCURSO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, JAIME GAMA

Os restos mortais de Aquilino Ribeiro, por deliberação unânime da Assembleia da República, em representação livre do povo português, e hoje na presença do Presidente da República, do Governo, das mais altas entidades do Estado, dos seus descendentes, amigos e admiradores, descansarão para sempre no Panteão Nacional, depositados com honras solenes, na companhia de grandes figuras das letras pátrias, Almeida Garrett, João de Deus, Guerra Junqueiro e Teófilo Braga.

Cerimónia simples e sóbria, perpassada de forte simbolismo institucional. Acto de há muito proposto e reclamado pelos confrades aquilinos e serenamente ponderado em termos de decisão por quem de direito, respeitada a distância adequada face à data do falecimento, o equilíbrio entre os sectores de proveniência dos homenageados, a harmonia de vontades e disposições pessoais e familiares, as sensibilidades locais e regionais, o reconhecimento público fundamentado, consenso o mais vasto possível entre os portugueses, de ontem, de hoje e de sempre.

Longa viagem, na vida e na morte, do seu Carregal, na Beira de origem, ao Panteão de Santa Engrácia, em Lisboa – dela bem poderia dizer Aquilino Ribeiro, neste caso, que Portugal não pretendeu “fechar o Panteão Nacional àqueles que fizeram nome e prosápia por si, saídos da massa obscura do povo” (“Luis de Camões, fabuloso e verdadeiro”, p. 49). Antes pelo contrário.



Nesta invocação luminosa e branca como o calcário e o mármore do local onde nos reunimos, temos diante de nós **a vida e a ideia** do homem, todo o **país** que foi seu berço e a **língua** imensa da nossa identidade e da nossa universalidade.

A **vida e a ideia** do homem que foi Aquilino Ribeiro e que teve por divisa a frase lapidar “Alcança quem não cansa!”. Quem não cansa contra a censura, a prisão, a demissão, o exílio, as campanhas de denegrimiento, as escolas da moda, o analfabetismo endêmico das pseudo elites, a subtileza do esquecimento.

Ao Panteão, chega, no dia de hoje, um digno representante da liberdade indomável do espírito humano.

O **país** que soube trazer nas entranhas e que temos na nossa mente. A aldeia, a gente, os bichos, as terras do Demo, o volfrâmio, o homem da nave, a casa grande de Romarigães, o Malhadinhas, serranias e baldios quando os lobos uivam. Mas igualmente heróis e santos, príncipes e vice-reis, poetas com grandeza e trocatintas das sete partidas.

No Panteão, curvamo-nos agora perante um português que pensou e amou genuinamente a Pátria Lusitana.

A **língua portuguesa**, que soube servir e recriar como ninguém, trazendo ao dicionário da fala-mãe um manancial imprevisto de vocábulos recuperados e construídos, populares e eruditos, tão vasto e poderoso por si só como o contributo de africanos, asiáticos e brasileiros para a metamorfose do grandioso idioma comum.

Ao Panteão vão descer os restos mortais de um escritor do Mundo.

Disse Aquilino Gomes Ribeiro: “Não morro de amor por homenagens. Devem ser póstumas como as exéquias da Igreja”. Fomos fiéis à sua vontade.

Disse mais: “Morro insatisfeito”. Compreendemos, respeitamos e seguimos a sua palavra.

Ao senhor da língua, da gramática e do estilo, ao grande mestre do livro e das letras, nesta cerimónia de trasladação dos seus restos mortais para o Panteão Nacional, respondemos: Aquilino Ribeiro, Portugal presente!



DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, ANÍBAL CAVACO SILVA

Senhor Presidente da Assembleia da República
Senhor Primeiro-Ministro
Senhores Ministros
Senhores Deputados
Membros da Família de Aquilino Ribeiro
Senhoras e Senhores,

A presente homenagem à figura de Aquilino Ribeiro constitui, antes de mais, um acto de homenagem à cultura portuguesa.

Na verdade, a trasladação dos seus restos mortais para o Panteão Nacional de Santa Engrácia, onde repousará ao lado de grandes vultos da História e da Cultura portuguesas, representa uma forma simbólica, mas plena de significado, de evocarmos aquele que foi um dos grandes prosadores da literatura portuguesa do século vinte.

A vasta obra romanesca de Aquilino Ribeiro, que retrata o mundo rural português de uma forma ímpar, continua a acompanhar-nos, mesmo que desse mundo restem apenas escassos vestígios.

O universo de Aquilino Ribeiro, povoado de tipos que todos conhecemos, com destaque para *O Malhadinhas*, é o universo português. Deleitamo-nos com os seus arcaísmos e os seus regionalismos porque nos revemos neles. E porque, apesar do decurso do tempo, continuamos a encontrar o homem português em cada página dos grandes livros de Mestre Aquilino. No fundo,

porque ainda nos encontramos a nós próprios em obras imortais como *A Casa Grande de Romarigães* ou *Quando os Lobos Uivam*.

Aquilino Ribeiro foi também um admirável biógrafo de figuras históricas, como Luís de Camões ou Camilo Castelo Branco, um autor de enternecedores livros para crianças, com destaque para *O Livro de Marianinha*, dedicado à sua neta, ou *O Romance da Raposa*. Foi também um notável memorialista que nos legou o interessante testemunho intitulado *Um Escritor Confessa-se*. Aquilino Ribeiro, contudo, não precisaria de se confessar num texto autobiográfico, porque em toda a sua obra a biografia e a ficção entrecruzam-se a cada passo. A marca da ruralidade está presente em praticamente todos os seus livros. Sempre permaneceu fiel às suas origens – e são estas que marcam decisivamente a sua obra. Mas o que também surpreende e fascina nessa obra é a capacidade de Aquilino em transcender os limites da sua Beira natal e converter-se num escritor de projecção universal.

De facto, Aquilino não é um mero escritor regionalista, susceptível de ser lido apenas por aqueles que conhecem bem as terras e as gentes de que fala. Cultivou a *Geografia Sentimental* – título de um dos seus livros mais apaixonantes – mas soube ultrapassar os limites que esse afecto das raízes lhe poderia ter imposto enquanto prosador. Isto só é possível porque Aquilino Ribeiro descreveu ambientes e paisagens mas, acima de tudo, captou aquilo que de mais singular e profundo existe no género humano, nas suas grandezas como nas suas fraquezas.

Ler Aquilino Ribeiro é ler um certo Portugal, mas é também ler o mundo. E, por isso, aqui deixo o meu público testemunho de admiração por uma obra literária que espero continue a ser lida e acarinhada pelas gerações futuras do nosso País.

É também em nome dessas gerações que se justifica a homenagem que hoje, no Panteão Nacional, fazemos à obra de Aquilino Ribeiro.

Muito obrigado.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
PORTUGAL

TERMO DE SEPULTURA NO PANTEÃO NACIONAL

NO DIA DEZANOVE DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, NESTE PANTEÃO NACIONAL DE SANTA ENGRÁCIA E NA PRESENÇA DE SUAS EXCELÊNCIAS O SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, PROFESSOR ANÍBAL CAVACO SILVA, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, DOUTOR JAIME JOSÉ MATOS DA GAMA E O SENHOR PRIMEIRO-MINISTRO, ENGENHEIRO JOSÉ SÓCRATES, PROCEDEU-SE À TRASLADAÇÃO E SEPULTURA DOS RESTOS MORTAIS DE AQUILINO RIBEIRO, ESCRITOR, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NÚMERO ONZE BARRA DOIS MIL E SETE, DE OITO DE MARÇO DE DOIS MIL E SETE, A QUAL AO MESMO CONCEDEU HONRAS DE PANTEÃO.

E PARA CONSTAR SE LAVROU O PRESENTE TERMO, EM QUADRIPLICADO, SENDO UM PARA ARQUIVAR NA TORRE DO TOMBO, OUTRO NO ARQUIVO HISTÓRICO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, UM TERCEIRO PARA O PANTEÃO NACIONAL DE SANTA ENGRÁCIA E O ÚLTIMO PARA COLOCAR NA ARCA TUMULAR.

EM FÉ DO QUE DESTE TERMO CONSTA, ASSINAM OS PRESENTES ACIMA MENCIONADOS.

PROGRAMA DA CERIMÓNIA DE HOMENAGEM A AQUILINO RIBEIRO NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

19 DE SETEMBRO DE 2007

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

18.00 HORAS

Lançamento da edição especial de *O Malhadinhas*

(edição de homenagem da Assembleia da República a Aquilino Ribeiro)

- Nota de abertura pelo Presidente da Assembleia da República;
- Intervenção do Presidente da Comissão, composta por representantes de cada grupo parlamentar, com a incumbência de determinar a data e o programa da trasladação, Deputado Luiz Fagundes Duarte;
- “Aquilino Ribeiro e *O Malhadinhas*”, pela Prof.^a Doutora Helena Carvalhão Buescu, professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.



Ao centro: Aquilino Ribeiro Machado conversa com o Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama.



Ana Lacerda e Fernando Duarte

18.45 HORAS

Bailado *Danças*

COMPANHIA NACIONAL DE BAILADO

MÚSICA

Fernando Lopes Graça

COREOGRAFIA

Rui Lopes Graça

FIGURINOS

Vera Castro

DESENHO DE LUZ

Pedro Martins

ASSISTENTE DO COREÓGRAFO

Alistair Main

BAILARINOS

Primeiro dueto: Ana Lacerda e Fernando Duarte

Segundo dueto: Freek Damen e Andrus Laur



DISCURSO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, JAIME GAMA

De uma forma muito simples, quero apenas exprimir o prazer que todos temos em participar nesta cerimónia, uma cerimónia modesta, respeitante ao lançamento de uma nova edição do livro *O Malhadinhas*, de Aquilino Ribeiro, apoiada pela Assembleia da República e que se destina a uma divulgação nas escolas, visando combater a iletracia intelectual.

Trata-se, portanto, de fomentar o gosto pela leitura, pela língua, pela literatura e, através de tudo isto, o gosto pelo conhecimento aprofundado do nosso país.

Temos muito gosto em que estejam aqui os familiares descendentes de Aquilino Ribeiro e todos aqueles que nos acompanham nesta cerimónia, como os Presidentes das Câmaras Municipais das *Terras do Demo*, que muito nos honram com a sua presença.

De imediato passo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Fagundes Duarte, que foi o presidente do grupo de trabalho, constituído por Deputados de todos os partidos, que estruturou, pensou e dinamizou a celebração da transladação dos restos mortais de Aquilino Ribeiro para o Panteão Nacional, cerimónia que decorreu esta manhã, e agora esta comemoração na Assembleia da República. Foi uma deliberação unânime do Parlamento, à qual todos os grupos parlamentares, todos os Deputados, deram o seu melhor contributo. E também não posso deixar de agradecer aos funcionários dos serviços da Assembleia o empenhamento especial que puseram nesta comemoração.

Muito obrigado a todos.



DISCURSO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO COM A INCUMBÊNCIA DE DETERMINAR A DATA E O PROGRAMA DA TRASLADAÇÃO, DEPUTADO LUIZ FAGUNDES DUARTE

Portugal, por meio da sua Assembleia da República, consagrou hoje o escritor Aquilino Ribeiro no Panteão Nacional. Foi um acto que honra o Estado Português – e que dá corpo a uma maneira de se inscrever o escritor Aquilino Ribeiro no discurso institucional português: ao contrário de outros grandes escritores da mesma envergadura humana e artística – como Almeida Garrett (a que Aquilino se foi agora juntar sob as abóbadas de Santa Engrácia), Camilo Castelo Branco, Eça de Queiroz ou Fernando Pessoa –, que de há muito enformam a identidade portuguesa na medida em que os seus nomes e as suas obras passaram a integrar a nossa memória colectiva, nela se inscrevendo em letra de forma, e em grande parte por acção da escola e da investigação universitária, Aquilino Ribeiro foi, até hoje – quarenta e quatro anos depois da sua morte –, um exemplo acabado da “não-inscrição” que, na opinião do filósofo José Gil, é um velho hábito português: porque “inscrever implica acção, afirmação, decisão com as quais o indivíduo conquista autonomia e sentido para a sua existência”.¹

E Aquilino Ribeiro foi um homem de acção, de afirmação e de decisão – tanto na sua dimensão humana, de activista cívico e de revolucionário contra as ditaduras, como, sobremaneira, na sua dimensão artística: da sua vasta e muito diversificada obra, onde se agigantam os livros de ficção, aquilo que mais ressalta é a Língua Portuguesa, que ele, como muito poucos, levou ao mais alto nível da expressão plástica; e da qual tão bem, como apenas Camilo antes dele, fez despertar o mais puro vernáculo guardado – como no mito da Bela Adormecida – na memória de magma da nossa língua. “Aquilino Ribeiro”, escreveu Óscar Lopes em 1955, é “um dos maiores artistas da língua

portuguesa, em quase oito séculos de tradição escrita. Conhece a língua daquele modo activo e acariciante como se conhece o corpo que se ama: atina destramente com certas intimidades da germinação idiomática como quem sente o idioma a nascer da matriz latina [...] Lendo-o, descobrimos paralelamente o seu próprio génio e o génio da língua, isto é, por hipóstase, o génio anónimo de tudo o que o nosso povo está a criar ao longo de centúrias de anos.”²

Vá lá saber-se porquê, Portugal tem manifestado uma crescente dificuldade em lidar com um homem como Aquilino Ribeiro; ou seja, em “inscrevê-lo” no nosso discurso identitário: se o seu nome não é indiferente a um número considerável de portugueses, a sua obra – e apesar de ser frequente ouvir tecer-se-lhe os maiores elogios – encontra-se hoje arredada do convívio dos cidadãos – a começar pelas escolas, onde apenas se encontra representada nos programas de Português dos 5.º e 6.º anos do ensino básico por meio de dois textos menores, para crianças (*História de um Burro* e *Mestre Grilo*), e no programa do 9.º ano por uma sua adaptação de *A Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, enquanto está totalmente ausente dos programas de Português do ensino secundário. E, já agora, não se conhece – ou serão muito raros aqueles que eventualmente existam – qualquer tese de doutoramento ou de mestrado, ou qualquer ensaio de fundo, produzidos pelas nossas universidades e seus docentes e investigadores sobre a obra – qualquer que seja a sua faceta – do autor de *Andam Faunos pelos Bosques*.

Hoje, Aquilino Ribeiro é um grande escritor que já não sabemos ler. Ou que nos esquecemos de ler.

Talvez seja por isso que Portugal – e as suas escolas, e as suas bibliotecas – o tem vindo a esquecer.

É por ter disto consciência, e porque sente que alguma coisa tem que ser feita, que a Assembleia da República, no âmbito da cerimónia de concessão de honras de Panteão a Aquilino Ribeiro, entendeu dar um contributo visível, ainda que simbólico, para a divulgação da sua obra junto do público onde tal gesto se poderá revelar mais produtivo: os alunos das nossas escolas. Para isso decidiu patrocinar uma edição especial de uma obra emblemática de Aquilino – *O Malhadinhas* –, para ser distribuída pelas escolas de todo o país, e que hoje temos a honra de apresentar ao público. A Prof.^a Helena Carvalhão Buescu, especialista em Literatura Portuguesa dos séculos XIX e XX, irá de seguida apresentar-nos algumas razões que justificam, numa perspectiva dos estudos literários, este gesto da Assembleia da República. Esta cerimónia, que queremos simples e afectiva – e assim complementar da cerimónia solene que hoje de manhã decorreu no Panteão Nacional de Santa Engrácia –, será ilustrada por uma actuação da Companhia Nacional de Bailado, que apresentará a peça *Danças*, com música de Fernando Lopes-Graça, contemporâneo e amigo de Aquilino Ribeiro. Foi esta consciência de que todas as dimensões da arte devem ser invocadas numa homenagem a Aquilino Ribeiro, que nos levou a integrar também nas cerimónias de hoje a Orquestra Metropolitana de Lisboa, interpretando magníficas peças de Luís

de Freitas Branco, também amigo de Aquilino, no programa da cerimónia solene da tumulação do escritor no Panteão Nacional.

As duas sessões de hoje – a do Panteão, e esta no Palácio de São Bento –, são o culminar de muitos meses de trabalho de uma pequena, mas muito empenhada equipa dirigida pela Sr.^a Dr.^a Maria do Rosário Boléo, à qual me compete, com muito gosto, manifestar o maior apreço e dirigir o agradecimento de todos os grupos parlamentares, representados na comissão, a que me foi dada a honra de presidir, designada pelo Senhor Presidente da Assembleia da República para determinar a data e o programa da trasladação de Aquilino Ribeiro para o Panteão Nacional.

Tudo o que hoje se fez em honra de Aquilino Ribeiro, nada mais foi do que simbólico. Mas todos nós gostaríamos que estes actos da Assembleia da República, e as decisões que a eles conduziram, fossem um passo decisivo para que os Portugueses, furando por uma vez o velho hábito de não se sentirem bem com a sua própria história cultural, inscrevessem definitivamente o autor de *O Malhadinhas* na nossa história colectiva.

Caberá agora ao Governo, através das suas políticas de educação; às escolas, no âmbito dos seus projectos pedagógicos; às universidades, na definição dos seus programas científicos; aos professores de literatura, na sua actividade docente e de investigação; aos agentes culturais, todos eles, no exercício do seu múnus; às bibliotecas; aos profissionais de comunicação social; e, *in limine*, a qualquer cidadão responsável e interessado – darem os passos decisivos mas que tanto nos falecem para que se ponha Portugal a ler. Um desses passos – que não será o mais fácil, mas será de certeza de grande rendimento – há-de ser conhecer, valorizar, divulgar e fruir a obra de Aquilino Ribeiro que foi, nas palavras de Óscar Lopes, “o grande mestre e precursor de um realismo a que ainda não chegámos, aquele em que o povo português virá a figurar como actor principal, a partir do momento em que conquiste uma cultura que lhe permita ser de verdade um público literário e, portanto, potencialmente, autor do que lê”.³

Ou seja, o povo culto que todos nós almejamos.

¹ Cf. José Gil, *Portugal, Hoje: o Medo de Existir*. Lisboa: Relógio d'Água, 2004, p. 15-23.

² Óscar Lopes, “Aquilino”, *Ler e Depois. Crítica e Interpretação Literária* 1. Porto: Editorial Inova, 1969, p. 295-296.

³ Óscar Lopes, *ibid.*, p. 298.



LITERATURA E CONHECIMENTO DOS “DIAS DE HOJE” (AQUILINO)

HELENA CARVALHÃO BUESCU
Universidade de Lisboa

A escolha da novela *O Malhadinhas* para simbolicamente assinalar a homenagem de hoje a Aquilino Ribeiro é, a todos os títulos, iluminante – como iluminante é o facto de que a figura do mesmo Aquilino se veja subitamente retirada do esquecimento a que nas últimas décadas tem sido votada, por manifesta incompatibilidade com algumas das características mais salientes da nossa sociedade pós-moderna. Convém ter presentes as razões de tal incompatibilidade e interrogar, de forma séria, aquilo que ela nos diz não apenas sobre Aquilino mas ainda, e talvez sobretudo, sobre nós mesmos, a ideia que fazemos do que somos e a imaginação que temos daquilo que viremos a ser.

A escolha de *O Malhadinhas* é a meu ver de facto iluminante porque ela resume o essencial do labor aquiliniano, bem assim da forma como ele esclarece a imagem do país que foi: por um lado, a criação de um perfil humano denso que, na figura do almocreve Malhadinhas, condensa a substância da tradição picaresca, suspensa entre a transgressão, o riso e a reflexão crítica, quase filosófica na sua aparente rudeza; por outro lado, a sábia criação de um espaço-tempo (uma outra “geografia sentimental”, para citar outro título de Aquilino) que, na vila de Barrelas, permite reconhecer o mundo rural que, em meados do século xx, Portugal exhibia ainda, antes de subitamente sofrer uma aceleração histórica que o faria entrar numa modernidade já

quase pós-moderna. É do entrelaçar destes dois aspectos que se faz a ficção aquilina, aliás na linha daquilo que podemos considerar uma forte tradição da ficção portuguesa, de Camilo a Torga (cujo centenário este ano celebramos): o homem encontra-se indissoluvelmente ligado a um lugar matricial, com ele interagindo de forma a que nem o homem pode ser concebível sem referência a esse lugar que é o seu, e em que habita, ligado à terra, nem o lugar pode de facto existir independentemente das figuras que nele se agitam, tantas vezes laboriosamente construindo a sua vida e a sua morte. Como em muitos outros romances de Aquilino Ribeiro, o lugar de Barreiras é n' *O Malhadinhas* o palco iluminado dentro do qual perpassa a galeria de diferenças fortemente marcadas que traçam para nós a memória do Portugal rural entretanto desaparecido – mas que ao mesmo tempo nos permitem reencontrar hoje, neste Portugal pós-aquiliniano, e sob roupagens diversas, muitos dos traços *sui generis* que *O Malhadinhas* recontava.

Isto significa reconhecer que Aquilino vale porque nos permite recuperar não apenas a memória de coisas que um dia foram e já não são, mas ainda (e talvez sobretudo) a memória de coisas e pessoas e até bichos que foram e são ainda, e provavelmente serão, anotando para nós as diferenças que se deixam ler e, por isso, interpretar. Um mundo laborioso e muitas vezes malicioso, feito de façanhas várias e algumas patranhas – será esse um mundo irreconhecível por nós, afinal? É claro que hoje já não há almocreves “como antigamente”: mas quais foram as figuras do nosso quotidiano que lhes herdaram, pelo menos parcialmente, as funções? E como é que hoje pode ainda sobreviver aquele misto de experiência e narrativa que a figura do “pícaro-contador-de-histórias”, o Malhadinhas, materializou? São estas questões que tornam hoje a leitura de Aquilino decisiva. Se quisermos colocar o problema como uma questão de identidade, que também o é, trata-se não apenas de por ele e com ele sabermos alguma coisa do que fomos, mas também alguma coisa do que estamos a ser. Sem essa memória, pessoal, cultural e colectiva, corremos o risco de deixarmos de poder, para citar José Mattoso, “identificar um país”. É bom perceber que aquilo a que Mattoso chama a “identificação do país”, que é a narrativa das condições políticas, históricas e sociais que conduzem à independência de Portugal, no século XII, e à sua afirmação identitária no século XIV, não é apenas algo que coloquemos definitivamente no nosso passado, como vislumbre daquilo a que não temos hoje acesso. A “identificação desse país” faz-se, ou precisamente *não se faz*, em cada um dos dias que passam, e ela diz-nos respeito, por isso, hoje. É esse o problema que precisamente Aquilino coloca, e a que toda a sua ficção quer responder. A sua narrativa tenta encontrar um antídoto, na interacção atrás referida entre o homem particular e idiossincrático e o lugar em que habita, à verdade universal que, melancolicamente, no final da vida o Malhadinhas enuncia:

Não tenho cataratas nos olhos, ainda que me hajam rodado sobre o cadáver quase dois carros de anos, mas os dias de hoje não os conheço. Ponho-me a cismar e não os conheço. (*O Malhadinhas*, Lisboa, Liv. Bertrand, 1958, 13).



Lançamento do livro *O Malhadinhas*

Perder esta memória literária coincide também com uma des-identificação do país que, de ser o nosso, se transforma em país estrangeiro, com “dias” e lugares que cada um de nós deixa pouco a pouco de reconhecer.

Este diagnóstico seria pessimista no momento em que deixássemos de compreender que uma das vantagens da literatura é que ela arquiva, e por isso torna significativas, as diferenças que nos constituem enquanto humanos. Essas diferenças, arquivadas e transformadas por esse arquivo em memória literária, podem por exemplo receber nomes, e chamar-se então António Malhadinhas, Brízida, Bisagra, o Abade de Britiande, Ana Malaia. Ter a capacidade de ser um arquivo de diferenças para o futuro é, se pensarmos bem, uma enorme vantagem que qualquer sociedade, particularmente democrática, deveria e deve não apenas reconhecer, mas sobretudo acarinhar e até mesmo promover.

Os tempos vão de feição ao ascendimento de um imaginário mediático que parece acreditar que todas as diferenças sócio-culturais se podem neutralizar nos “5 minutos de fama” a que cada um teria direito durante a vida. A literatura é uma das formas mais poderosas inventadas pelos homens de fazer-nos entender quão restrita e quão pobre é essa neutralização, e quão rica, pelo contrário, é a nossa capacidade de pensarmos, e por isso integrarmos reflexivamente, aquilo que, nas nossas mesmas diferenças, faz de nós todos humanos. Era já esse o sentido da “máquina do mundo” camoniana, aliás. A democracia tem à sua disposição, entre vários instrumentos poderosos, porque tendencialmente universais, de intervenção social, um que aqui muito especialmente me importa reter: o ensino. Tempos houve em que foi por ele que se construiu e cimentou o imaginário nacional, nomeadamente através da literatura. Não é esse hoje o seu papel fundamental. Hoje, o ensino

e por isso também a democracia (que Aquilino soube *desejar*) devem compreender que a literatura desempenha um papel decisivo no acesso a esse arquivo de diferenças que os humanos fizeram de si, diferenças históricas, geográficas, culturais, pessoais. Sem elas, o mundo a que o cidadão tem acesso é um mundo neutralizado e sobretudo padronizado, e por isso empobrecido, em torno de um ou dois modelos de vida, sem história nem memória. Esse seria certamente um mundo com um *deficit* democrático substancial, mesmo se formalmente as regras da democracia nele parecem agir. E esse seria certamente um mundo de uma cidadania menor. Devemos dizê-lo claramente: uma nação que não sabe valorizar a literatura (a sua mas também a dos outros, que é também sua) é uma nação que não pode deixar de falhar uma parte decisiva da sua preparação do cidadão de amanhã, responsável também cultural e artisticamente. Que a literatura não é apenas um discurso suplementar e ornamental, soube-o Aquilino, entre tantos outros – e a nossa melhor maneira de o homenagearmos é continuarmos a sabê-lo hoje, permitindo que amanhã outros o saibam melhor. A memória construída pelas diferenças arquivadas e mobilizadas dentro da literatura não é uma memória substituível por nenhuma outra. E é por isso que um ensino que vai pouco a pouco prescindindo da literatura é um ensino que, lamentavelmente, vai pouco a pouco prescindindo da arte e de uma real democracia. “Os dias de hoje”, é também pela literatura que os podemos conhecer.



“MAIS NÃO PUDE”

Epitáfio